



# Sociabilidades operárias na Primeira República: o círculo de trabalhadores e operários católicos São José e a construção do “divertimento lícito” em Fortaleza

Ana Cristina  
Pereira Lima<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: cristina.lima@ifrn.edu.br.

## Resumo:

O presente artigo trata sobre a atuação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José na divulgação de espaços de lazer organizados pela Igreja para a classe operária. Inserido na dinâmica do movimento operário na Primeira República, o Círculo São José disputava com outras associações de classe e com os espaços de diversão censurados pelo clero, o tempo livre dos trabalhadores. Festas, passeios, festivais de música e mesmo o cinema – não muito simpático aos olhos da Igreja – foram organizados para “educar” o lazer operário. Observando jornais, memórias e atas de reuniões, nota-se que isso não aconteceu sem conflitos ou tensões, mas implicou em permanente negociação e (re)adequação dos sujeitos envolvidos no projeto circulista.

**Palavras-chave:** Círculo Operário, Lazer Operário, Cidade.

## Resumen:

Este artículo aborda el trabajo del Círculo de Trabajadores e Operários Católicos São José en divulgación de recreo organizado por la Iglesia para la clase obrera. Insertado en la dinámica del movimiento obrero en la Primera República, el Círculo São José compitió con otras asociaciones y con los espacios de diversión censuradas por el clero, el tiempo libre de los trabajadores. Eventos, giras, festivales de música e incluso el cine – no muy agradable a los ojos de la Iglesia – se organizaron para librar el obrero del ocio. Tomando nota de prensa, memorias y actas de reuniones, notas que no era sin conflicto o tensión, pero dio lugar a la negociación permanente y (re)adaptación de los sujetos involucrados en el proyecto circulista.

**Keywords:** Círculo Obrero, Recreación de los Trabajadores, Ciudad.

Durante o primeiro período republicano, foram criadas em Fortaleza (CE) diversas instituições operárias a fim de amenizar coletivamente as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, revelando grande pluralidade de projetos, posicionamentos políticos e formas de organização do movimento operário. Nessa dimensão associativa da classe operária na cidade estavam presentes várias sociedades de socorro mútuo ou beneficentes ligadas a diversas categorias de ofício, alguns sindicatos e ligas operárias. Nesse mesmo contexto, foi fundado pelo Arcebispo D. Manoel da Silva Gomes, no ano de 1915, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, atuando de forma efetiva no campo de disputas do movimento operário na cidade. A criação do Círculo Operário, uma experiência nova no Brasil que iria ser ampliada nos anos seguintes, tinha como objetivo atrair a classe operária com propostas de reforma social mediadas pela Igreja, ao passo que tentava inibir a adesão dos trabalhadores urbanos aos projetos socialista ou anarquista do período.

Além da ampla propaganda eclesiástica, o ingresso dos trabalhadores no Círculo Operário São José encontrava motivações na prática mutualista presente na associação – que garantia assistência médica, remédios e funerais -; na oferta de educação gratuita aos trabalhadores e a seus filhos, incluindo o ensino profissional nas oficinas; e na promoção de eventos, festas e viagens. Pensar nesses aspectos como formas atraentes utilizadas pelo clero para arregimentar adeptos ao projeto circulista é entender o diálogo que se interpôs entre Igreja e classe operária. A implantação do Círculo Operário não tinha, desde o início, um projeto acabado. O circulismo foi se fazendo a partir das interações entre os trabalhadores e o clero. Havia, por certo, mecanismos de convencimento e vigilância empreendidos pela Igreja para “educar” os trabalhadores conforme valores de obediência, resignação, esperança em Deus e harmonia entre as classes sociais. Contudo, importa analisar as respostas a essas estratégias, revelando um permanente espaço de negociação, ainda que não igualitário. Esse artigo traz ao debate as feições dessa negociação. O tempo do não trabalho, o tempo fora da fábrica, da oficina, da loja estava em disputa. No Círculo Operário, o tempo livre do trabalhador se constituiu em potencial elemento dessa tensão. Discute-se aqui o calendário festivo-simbólico do Círculo São José, com suas datas cívicas e religiosas, intercaladas à vida cotidiana dos circulistas. Busca-se analisar também a criação de espaços de “recreação para o trabalhador católico” em constante processo de ressignificação do lazer e das formas de divertimento praticadas à época.

A diretoria do Círculo São José insistia em procurar medidas para tornar o lazer operário coerente com a noção de bom trabalhador. A trajetória do lazer operário esteve

intimamente ligada à conquista de direitos sociais e usufruto do espaço público pela classe trabalhadora [SANT' ANNA, 1994]. Reservar um tempo para o lazer significava reduzir o tempo do trabalho. Porém, o lazer não podia se confundir com o ócio. O lazer era também o tempo da disciplina, da ordem e da reposição das forças para o trabalho. Nesse sentido, esse tempo era um desdobramento do trabalho e não o seu lado oposto. Por isso, os “vícios” foram veementemente condenados. O álcool, o jogo, a prostituição se distanciavam da lógica de “divertimento sadio”, própria da moral circulista. Assim, o Círculo São José gerou espaços e atividades para competir com outros tipos de divertimentos considerados imorais e prejudiciais ao operário “ordeiro”. Dificilmente seria possível congregiar tantos sócios sem considerar as relações com a cidade e com o aparato urbano que se construía, como teatros, cinemas, saraus.<sup>2</sup> Com isso, abriu-se uma larga frente de sociabilidades para preencher o tempo livre do trabalhador. Este, por sua vez, também escreveu sua marca na utilização destes espaços.

Censurar os espaços possíveis de lazer para os pobres, como a bodega ou a cachaça, em uma cidade de tantas barreiras simbólicas - o Passeio Público, os Cafés, os lugares de 1a e 2a classes nos bondes, o boulevard e o beco, o sobrado e as vilas operárias - exigia inventar outros lugares. Se o considerado “lícito” à época muitas vezes não estava ao alcance dos trabalhadores, então foi necessário criar lugares e práticas “sadios”. A produção dessas sociabilidades, as estratégias de ocupação do tempo livre, bem como a presença física do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José na cidade, foram construções multifacetadas, que permitem entrever as tensões e disputas, às vezes silenciosas, entre lideranças e membros circulistas.

Alain Corbin, formulando a noção de “tempos sociais”, mostra modificações na partilha do tempo experimentadas em vários setores da vida dos indivíduos. O tempo do trabalho com lugar e hora definidos se distancia cada vez mais, se pensarmos no sistema de fábricas e oficinas, da casa e do tempo pessoal dos operários, mas continuam interligados. Assim, ocorre uma espécie de distribuição das horas do dia e da sequência semanal, entre o tempo destinado ao patrão e o tempo da vida pessoal. Esses tempos estão em diálogo, entrevedo produção, descanso - em algum momento histórico entendido como reposição de forças para o trabalho - e lazer - resposta “ao temor da vacuidade”. Importa dizer, nas

---

<sup>2</sup> Segundo dados do Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, em 1916, existiam 756 sócios efetivos no Círculo Operário, número que passa para 1600 no ano de 1930, contando com os associados no interior do estado.

palavras de Corbin, que “produzir tempo não equivale a libertar o seu uso” [CORBIN, 2001]. Propõe-se, pois, entender as maneiras de viver esse tempo livre, na perspectiva de uma composição social, percebendo as atividades de lazer no Círculo São José como um dos componentes dessa relação. O lazer circulista pode ser visto como uma das imbricações do tempo além-trabalho.

### **Um Calendário Festivo para trabalhadores devotos**

Uma das datas mais importantes que compunha o calendário festivo do Círculo São José era o dia do seu Padroeiro, 19 de março, feriado no Ceará. Este sentimento religioso e a festividade singularizavam o movimento circulista, constituíam sua identidade enquanto grupo.

A programação pensada para o feriado ocupava o dia inteiro. Reservava-se tempo apenas para o almoço, que deveria ser o momento com a família. A Diocese aconselhava guardar os dias santificados, nos quais os patrões deveriam liberar seus empregados. Contudo, isso não era uma regra, muitas pessoas trabalhavam nos feriados. Porém, mesmo aqueles que não dispunham do dia livre, deveriam estar presentes ao menos em um momento da solenidade de São José. O programa do dia de São José era semelhante ao de outras datas comemorativas do Círculo Operário. Depois dos atos litúrgicos – procissão e missa –, organizavam-se a “parte social”. A missa e a festa – embora coordenada sob o olhar eclesial – pareciam uma interação entre a obrigação e o direito. Possivelmente porque seria muito difícil envolver os trabalhadores apenas pela proposta de comunhão eucarística.

Sair em procissão da sede da associação até a Catedral era prática comum nas datas solenes do Círculo São José. As romarias eram meios de propaganda do Circulismo na cidade. Além de passar uma ideia de coesão entre os associados – palavra que aparece muitas vezes na fala dos diretores, tentando exprimir a legitimidade das adesões ao Circulismo –, o uso das vias públicas era uma questão que envolvia poder e combate.

Em reflexão acerca da possibilidade do público, Maria Célia Paoli lembra que a conquista desse espaço forma uma história bastante fragmentada, de avanços e retrocessos; e que comumente os operários, quando não reprimidos, demoravam a conseguir, nas manifestações de luta ou de festa, a “simpatia” de outros sujeitos. Assim, validar a atuação dos trabalhadores em cena pública significava a “realização de uma justiça social”, sendo

expressão das potencialidades da classe operária [PAOLI, 1989].

Obviamente, para os trabalhadores vinculados à Igreja, o processo de alcance do espaço citadino enfrentou menos dificuldades. O Círculo Operário, enquanto instituição ligada ao clero, usava essa possibilidade de fazer-se notar na Cidade como propaganda doutrinal. Passear pela cidade divulgando uma associação de trabalhadores nesta época não era tão simples quanto parece. Nem todos os tipos de articulação operária puderam usar livremente a rua, a cidade. Fazer isso incorria em riscos para os participantes. Dependendo do conteúdo da manifestação, não era difícil ocorrerem prisões ou enfrentamento com as forças policiais.

Esse passeio de fé não era elogiado por todos. Os sindicalistas da cidade, aqueles que defendiam uma luta de resistência à opressão dos trabalhadores diante do poder patronal, não reconheciam as lideranças circulistas (padres) por não fazerem parte da classe operária. Nessa disputa pelo espaço público, o jornal Voz do Gráfico apelidou os membros do Círculo Operário de “carneirada”, por acompanharem o “padre feitor e cia”, andando nas ruas da cidade como em um “Circo de Operários”<sup>3</sup>. Acentuando as diferenças, a diretoria do Círculo enfatizava a ideia de que o clero estava bem próximo da classe trabalhadora, e esta reconhecia a importância da Ação Católica.

As associações de trabalhadores instaladas em Fortaleza no início do século passado comemoravam como a festa mais marcante da programação anual o aniversário de sua fundação. Geralmente nesta ocasião eram enviados convites às demais associações, homenageados sócios beneméritos e organizada uma solenidade com discursos, balanços anuais e festa - música, comida, encenações teatrais etc. A cada ano, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José nomeava comissões para cuidar dos preparativos da festa e, claro, da celebração eucarística que a antecedia para comemoração de seu aniversário a 14 de fevereiro. O trabalho começava bem antes. O salão era arrumado, cuidava-se do estandarte, da mesa, enfeitava-se a Igreja da Prainha. No ano de 1925, quando o Círculo comemorava dez anos, a missa foi campal, o altar montado aos pés do Cristo Redentor, na Praça Senador Machado. O evento costumava ser propagado pela Imprensa católica. Participavam da sessão solene o Arcebispo Metropolitano D. Manoel da Silva Gomes, padres, representantes do Governo, convidados ilustres, os sócios e suas famílias.

No ano de 1922 o Jornal Voz do Gráfico também noticiou a festa de aniversário do Círculo São José. Na ocasião, durante a fala do padre Zaul Pedreira, convidado pela diretoria do Círculo, o referido jornal foi condenado pelo padre que “teve a luminosa ideia de bordar

---

<sup>3</sup> “Para a carneirada do ‘Circo’ dos operários católicos de São José”. Voz do Gráfico. Fortaleza: 28 de Janeiro de 1922

comentários respeito a nossa atitude (...) apontando-nos, como para tirar partido da massa inconsciente que o ouvia, como ‘operários que querem fazer a divisão das propriedades e bens dos senhores ricos’ (certamente o padre Zaul é um desses tais ricos e por isso quer salvar as suas propriedades, os seus bens)”<sup>4</sup>. Depois de responder às “deslavadas mentiras” sobre o periódico da associação Gráfica do Ceará, Tupan – pseudônimo de quem assinou a matéria – termina dizendo aos “donos do Circo Operário” que deixem de explorar os pobres e vão eles trabalhar para seu sustento.

A festa, pois, não é apenas uma ocupação do tempo livre. A festa é ainda a construção de um tempo também social, que dá lugar às aspirações e às feições associativas, apresentando lideranças e propostas num espaço, eminentemente, político. O dia de fazer a retrospectiva dos “feitos” da Associação, das homenagens aos padres assistentes, da “boa vontade” da Igreja interessada na causa operária é também o momento da atuação política, da doutrinação, da propaganda e, portanto, do conflito. Todo espaço construído pela classe trabalhadora é um espaço de tensão, no qual muitos projetos distintos, advindos de sujeitos múltiplos, põem-se em confronto.

O aniversário da Associação, especialmente quando esta ia se tornando mais “veterana”, era o momento de afirmação do espaço/tempo que se havia conquistado. De modo que comemorar os anos passados - principalmente em um contexto político que tornava as ações militantes intermitentes e descontínuas por conta da força repressiva - relacionava-se com a resistência, a perseverança, a firmeza dos ideais, já que sobreviventes, às vezes de tantas intempéries políticas ou financeiras. Essas celebrações cívicas ou religiosas, repletas de significados simbólicos, para os quais os circunistas deveriam contribuir, alteravam o cotidiano da vida associativa, em geral movimentadas pelas sessões ordinárias, reuniões da diretoria uma vez por semana e pelas atividades próprias da escola e das oficinas. Eram ainda, apesar da carga de compromissos “formais”, como as missas e os discursos das autoridades, momentos de encontro, confraternização e usufruto das potencialidades de diversão do Círculo Operário, como o cinema, não muito comum nas sedes das Associações de Trabalhadores do período. Talvez a fadiga do trabalho ou as tarefas do dia-a-dia indispuessem os operários ao cumprimento desses cronogramas longos das solenidades cívicas. Mas, possivelmente, os circunistas e suas famílias eram atraídos, em busca de “novidades” (quebrando a monotonia da sequência de trabalho) para estas festividades. Em especial nessas datas as sessões de cinema eram públicas, abertas inclusive para quem não

---

<sup>4</sup> “O Aniversário do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José”. Voz do Gráfico. Fortaleza: 25 de fevereiro de 1922.

fazia parte do Círculo Operário. Enfim, poderia ser uma oportunidade de levar um colega do trabalho ou um vizinho para assistir ao filme, estabelecendo usos para além do corriqueiro dentro da Associação.

A festa também é um lugar de disputas, de confrontos de identidades. O Jornal Voz do Graphico registrou “um caso bastante reprovável” na festa de aniversário do presidente do Círculo São José em 1921. José Agostinho recebeu, como presente pelo seu natalício, “a grossa quantia de 300\$000”. Esse gesto, segundo o mesmo jornal, seria “a prova de gratidão dos seus carneiros, que constituem a legião dos trabalhadores mansos e pacientes”<sup>5</sup>.

Aquilo que a Diretoria do Círculo dizia ser a demonstração da união e da gratidão dos trabalhadores pelos préstimos de José Agostinho, para os redatores do Voz do Graphico, era sinônimo de sacrifício, era o mesmo que retirar “um pouco de pão da boca dos filhos”. Esse debate sobre o conteúdo e a forma das comemorações foi recorrente durante a Primeira República. De libertários ou comunistas, as críticas às celebrações do Círculo Operário avolumavam-se nesse período. A razão principal desses embates no campo das ideias políticas era o deslocamento de uma memória/história operária para uma aclamação de referenciais do domínio da Igreja e não das classes trabalhadoras. O ápice dessa divergência com relação às celebrações no meio operário foi certamente o Primeiro de Maio.

O Primeiro de Maio circulista era comemorado com festa. Não era, ao contrário da doutrina anarquista, um dia de luto. A atuação política do Círculo Operário tinha o propósito de promover a dissociação da data e de seu significado revolucionário. “O Primeiro de maio circulista foi paulatinamente assumindo a feição de um ato religioso, consagrado à dignificação do trabalho”, conforme afirmou Jovelina Santos (2007: 172). Para ser realmente um rito de festividade, a Igreja acionou, não a memória de luta e martírio, mas o exemplo do operário-mor, São José. Como já foi mencionado, essa devoção, além do seu sentido religioso estrito, era ativada como fomento de identidade do grupo – o ser católico antes de tudo – e de identificação com a resignação, com a esperança, com o silêncio.

Não se pretende deter a atenção nas especificidades do Primeiro de Maio para cada tipo de feição do movimento operário, mas é importante enfatizar o trabalho de (re)significação da data empreendido pela a Igreja. Elaborar um rito para o Primeiro de Maio à moda circulista, requereu um exercício de invenção, repetição e memória. Melhor dizendo, o Primeiro de Maio dentro do Círculo Operário passou inicialmente por uma releitura baseada na associação com o exemplo de São José Operário. Em seguida, essa comemoração foi sendo organizada ano após ano até que sua mensagem se tornasse quase “automática”,

---

<sup>5</sup> “Um como há muitos...” Voz do Graphico. Fortaleza: 12 de setembro de 1921.

como que uma ligação direta entre o Dia do Trabalho e a lembrança de São José como patrono de todos os trabalhadores. Assim, essas articulações entraram em um processo de rememoração, no qual o Primeiro de Maio era acionado a partir das datas mais recentes, sem alusões ao seu passado “profano” - em uma palavra bem católica. No Círculo Operário, o Primeiro de Maio foi sendo sacralizado no culto a São José.

Com frequência, esperava-se marcar o cotidiano dos trabalhadores com as atividades estritamente litúrgicas, como a missa. Mas há, nesse ponto, algo que demonstra os interstícios destas expectativas. O diretor espiritual, Padre Guilherme Waessen, convidava, insistia e até exortava ao comparecimento dos circunistas nessas celebrações. Entretanto, participava da missa maior número de sócios especialmente quando essa celebração precedia os festivais. Assim, a imagem da eficácia dos atos de fé precisou ser transformada em uma combinação entre liturgia e festividade.

#### **“Recrear, descansar para melhor trabalhar”: Cinema, música e outros encontros**

O estudo dos espaços de lazer e encontro dos operários dentro de uma cidade pode abrir reflexões sobre como as identidades locais são capazes de se combinarem com as identidades de classe. Seguimos aqui a sugestão de Mike Savage (2004: 25-48), que propõe uma “sensibilidade espacial” para compreender as ligações entre classe, estrutura demográfica e atuação política. Espera-se analisar a construção dos espaços de lazer a partir da identificação desses mesmos lugares enquanto polos de concentração circunscrita dentro de Fortaleza. Savage nos lembra que a mobilização política não está relacionada unicamente com a militância organizada dos sujeitos, mas pode incluir contatos entre pessoas de outros lugares, através de migrações ou impressos. Assim, essa abordagem suscita a adição dos lugares (marcas) dentro do espaço citadino, como uma possibilidade de mobilizar apoiadores para o projeto político que estava sendo defendido. Contudo, não se pode desconsiderar que estes espaços de lazer, de fluxo e atuação circunscrita são fluidos, não têm fronteiras rígidas, são espaços em constante disputa. Como já foi dito, há, na perspectiva do Círculo Operário, uma cartografia do “bem” e do “mal”. Mas esses caminhos proibidos e permitidos se entrecruzam na cidade. Isso faz do exercício de demarcação e afirmação (passo a passo) algo que não se interrompe, que não chega ao irreduzível. Aqui, o “fluxo migratório” do qual nos fala Savage adquire uma versão diminuta. Ou seja, não se trata de migrações entre estados ou países, mas de trajetos dentro de uma mesma cidade que possui várias feições.

Uma vez que as sociabilidades operárias comumente eram marcadas pela rua, pelos laços de vizinhança, pelos encontros nas bodegas, o Círculo Operário, condenando esses lugares, propôs outro modelo de ocupação do tempo livre. Simultaneamente às investidas para “civilizar” os trabalhadores, promovia-se o lúdico com uma intenção muito clara de educar o lazer e de não separá-lo em absoluto do tempo do trabalho. Em um dos cursos do Padre Guilherme Waessen – diretor espiritual do Círculo – essa ligação entre o tempo da produção e o tempo livre, foi nitidamente manifestada. O assunto era “O divertimento: recrear, descansar para melhor trabalhar”<sup>6</sup>. Com isso, inferia-se um movimento de edificação do lazer sadio pouco habitual em Fortaleza, segundo a visão do clero circulista.

Uma forma de sociabilidade bastante atraente em Fortaleza eram os cinemas que, já na primeira década do século XX, começaram a se acomodar no Centro da cidade - o primeiro cinema do Ceará foi o Cine DiMaio de propriedade do italiano Vitor DiMaio, inaugurado na Praça do Ferreira em 1908. Para atender os anseios de modernidade dos grupos economicamente fortes, foram construídas luxuosas salas de cinema. Márcio da Silva (2007) afirma que, por iniciativa de Luiz Severiano Ribeiro, as exibições cinematográficas passaram a fazer parte das possibilidades de lazer para a elite comercial em Fortaleza junto aos clubes, o Passeio Público e o Teatro José de Alencar. Na década de 1920, a Praça do Ferreira, com os cinemas de Severiano Ribeiro, e a Rua Major Facundo com seu “quartirão do cinema” (Majestic, Moderno e Polythema) eram espaços privilegiados das exibições de filmes.

O cinema gerou grande discussão em volta da moral e dos “bons costumes”. Conforme demonstra Ponte (2001: 167), as salas de exibição eram frequentemente criticadas e apontadas como lugares de depravação e, por isso, estavam no alvo da Chefatura de Polícia da Capital. Mesmo cinemas suntuosos – como o Majestic Palace de 1917 – passavam por vistoria policial. Foi também muito criticado pelas camadas mais conservadoras da sociedade, especialmente o clero. Não eram raras na imprensa católica chamadas que recriminavam (ou proibiam) alguns filmes em exibição.

Esse contato com o novo aparato de lazer, que foi se conectando aos espaços da cidade, criou uma tensão envolvendo os campos comportamentais, a satisfação da curiosidade, o desejo, os consumos das imagens, a propaganda e as novas possibilidades de diversão e distinção dos pontos de encontro em Fortaleza. As maneiras da sociabilidade

---

<sup>6</sup> “Sessão realizada no Círculo S. José no dia 13 do corrente”. O Nordeste. Fortaleza: 19 de agosto de 1922.

profana eram temidas pela Igreja, que ainda esperava agregar as pessoas nas atividades religiosas, sem concorrência com os apelos do mundo moderno e das novas atrações urbanas. No entanto, como forma de aproximação do mundo operário, a Igreja precisou “tolerar” algumas mudanças. Em outras palavras, não foi possível aos dirigentes eclesiásticos manterem intacta a rigidez conservadora da Igreja em contato com o mundo dos trabalhadores. Os atores desta negociação eram multifacetados, o que significa que somente por meio do controle excessivo do lazer dos trabalhadores, o projeto circulista dificilmente teria sido aceito. A ideia de trocas e diálogos perpassou a construção do “divertimento” no Círculo Operário. E naquela época, frequentar o cinema estava entre as aspirações de lazer difusas em Fortaleza.

Ainda que, prioritariamente, as salas de exibição cinematográfica tivessem sido pensadas para a “elite”, que se utilizava desse novo espaço como um gesto de distinção, às feições do consumo, acercavam-se todos que transitavam pelo Centro. Os pobres também eram sujeitos dessa vontade de consumo, mesmo com a impossibilidade de efetivá-lo. Porém, romper as barreiras que o poder e o dinheiro impunham nas relações cotidianas com a cidade representava mais que a satisfação da curiosidade – ver as imagens projetadas, os atores e até a arquitetura deslumbrante das salas de exibição –, representava acesso ao capital simbólico atrelado a esse tipo de divertimento. O cinema, o filme, os espetáculos que o acompanhavam, o bilhete, tudo isso formava o conjunto desse desejo, que, afinal, era a apropriação do “moderno”, do novo. Assim, mesmo aqueles que jamais tinham entrado no cinema, sabiam os enredos dos filmes pelos resumos divulgados, os atores principais e podiam completar as aventuras cinematográficas com informações dos espectadores, que comentavam o final do filme ao término das sessões.

A população pobre da cidade abria, de diferentes formas, uma demanda pelo lazer, pelo acesso ao cinema, pelo ingresso nas novidades urbanísticas. Os pobres urbanos imersos no ambiente remodelado reivindicavam, não declaradamente, mas na feitura ordinária das cidades, outro lugar nesse espaço, que não aquele que lhes foi designado pelos poderosos.

Foi nesse contexto que se inaugurou, em 1917, o Cine São José, que adquiriu relativa visibilidade em Fortaleza. Os filmes em exibição neste cinema eram divulgados pela grande Imprensa e atraíam considerável número de espectadores. Alguns filmes eram exibidos diversas vezes por conta da grande procura de ingressos, que eram vendidos nas oficinas do Círculo localizadas na Praça Cristo Redentor (Senador Machado), abertas diariamente em

horário de trabalho. Houve grande propaganda para anunciar o Cine São José como um espaço de lazer sadio e proveitoso, recomendado às famílias católicas, um cinema azul por excelência (na classificação de Dom Manoel). Isso porque as críticas continuavam ferrenhas.

As temáticas dos filmes exibidos no Cine São José tinham relação com mensagens bíblicas, moral cristã ou eram dramas e comédias sem conotação “profana”. Temos uma ampla lista de filmes que demonstram o que se recomendava para os trabalhadores católicos. Alguns exemplos: “Filha de Herodes” – exibido para receber as senhoritas do Patronato Maria Auxiliadora –, “A vingança silenciosa”, “A evidencia Flamejante”, “Um milhão para gastar”, “Lobos do Norte”, todos eles divulgados no jornal O Nordeste.

O cinema significava muito para o Círculo, porque, além de ser um cartão de visita da agremiação, originava recursos. A caixa de sinistros – dinheiro destinado aos funerais dos sócios falecidos – era mantida também com parte da venda dos ingressos, de forma que um dos cargos da Diretoria era o encarregado do Cinema, cuja atribuição era “procurar as fitas que possam servir para o programma do cinema e ajudar o operador durante as sessões”<sup>7</sup>. A arrumação da sala de exibição nos dias das sessões era feita por uma comissão designada, que chegava ao local um pouco mais cedo e preparava o espetáculo.

Para a classe trabalhadora, que ganhava pouco e convivia com momentos de carestia dos gêneros alimentícios, dispor de dinheiro para esse lazer comercializado, não era coisa das mais simples. Conforme temos observado nas fontes, os ingressos, muitas vezes, estavam além das possibilidades da maioria dos trabalhadores, principalmente daqueles que não tinham qualificação profissional. Em 1924, o jornal O Nordeste publicou uma carta de um leitor que reclamava do preço do cinema: “Não podemos pagar entradas de 2\$200 com fitas velhas e ruins.”<sup>8</sup>

Estima-se, então, que dentro do contexto da cidade, os trabalhadores encontravam dificuldades de usufruir os encantos das exibições cinematográficas. Havia, como menciona Kirk, sobre uma realidade bem distante da nossa, mas com algumas similitudes, um conjunto muito mais barato de atividades, concentradas no subúrbio – no caso de Fortaleza, nos areais que circundavam o Centro –, que compunha o lazer operário, pelo menos até a década de 1930 [KIRK, 2004]. Assim, as conversas nas bodegas ou nas calçadas das pensões, o jogo de baralho ou brigas de galo e, talvez, o futebol no bairro, os passeios pelo Centro, as cantorias

---

<sup>7</sup> “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. Gazeta Oficial. Fortaleza: 6 de junho de 1918.

<sup>8</sup> “Greve contra os cinemas imoraes e caros”. O Nordeste. Fortaleza: 3 de outubro de 1924.

e os repentes – os dois últimos, costumes, mais ou menos rurais, advindos das migrações para a capital – faziam parte das experiências do tempo livre dos trabalhadores, que se ligavam aos laços de vizinhança e às possibilidades de vivência dos espaços públicos.

A promoção de espaços de lazer para os trabalhadores era, ao mesmo tempo, uma demanda operária e uma preocupação de ordenação da Igreja. O Círculo Operário, esperando ampliar seu projeto corporativista, elaborava sociabilidades vigiadas, mas que atendiam, em parte, aos desejos da classe operária. O Cine São José foi a criação mais evidente dessa combinação.

É claro que o funcionamento do cinema ficava sob o olhar dos Diretores – comissão de fiscalização do cinema – na tentativa de inibir o “comportamento desviante”. Antes de tudo, o cinema no Círculo Operário era uma maneira de atrair sócios e fazê-los participar das solenidades. Em algumas sessões magnas, como a do aniversário de José Agostinho em 1922, os ingressos eram unicamente para os sócios, sendo intransferíveis. Ou seja, combinava-se a homenagem ao presidente da associação com a tentativa de agradar os circunistas e controlar eficazmente o espaço em questão. Em outros momentos, os ingressos eram vendidos – ao que parece, a preços menos elevados. Em contato com outros públicos, além dos circunistas, o espaço não podia deixar de ser parte da agenda de “divertimento moral” do Círculo São José.

A censura das exhibições era bastante rigorosa. Mas o cinema era “perigoso”, não só por causa da “má influência” dos seus conteúdos e cenas; o próprio ambiente – escuro, propício aos encontros furtivos – o tornava “imoral”. Desta forma, os cinemas coordenados pela Igreja, tentavam remediar esse problema, dando um aspecto mais “sério” para esse entretenimento. O Cine São José era a única sala de exibição cinematográfica de Fortaleza dividida por sexo. Ali, não havia diferença de ingressos, nem cadeiras especiais, mas os homens sentavam-se de um lado e as mulheres do outro.

Constantemente, a direção do Círculo Operário tentava alertar seus associados para “agirem com solicitude e zelo pela boa ordem e respeito durante as sessões”<sup>9</sup>. Embora, o cinema fosse bem vigiado, não ficava livre dos “desvios” e das utilizações não programadas, evidenciando as eminentes tensões entre os circunistas e os diretores. A necessidade de correção das posturas e a lembrança do dever da “boa ordem” demonstram alguns abalos no

---

<sup>9</sup> “Círculo S. José”. O Nordeste. Fortaleza: 28 de outubro de 1922.

aparente poder de controle eclesiástico sobre os membros do Círculo. O equilíbrio entre a palavra e o ato, era uma imagem muito mais forjada pela propaganda circulista e pela formalidade da Diretoria – como se percebe nas anotações sobre as reuniões –, que observada empiricamente. Nas entrelinhas desta pretensa “coesão”, alguns detalhes revelam os contrapontos e os desencontros no Círculo Operário. Isso não comprometia, na totalidade, as identificações com o projeto circulista nem o reconhecimento das suas lideranças. Mas são chaves de interpretação das reações diferenciadas dentro do grupo sobre maneiras de se divertir e de utilizar o tempo fora do trabalho. Em síntese, o cinema era, ao mesmo tempo, uma espécie de mecanismo didático – já que se prestava a educar o lazer “para melhor trabalhar” – e um lugar da prática de lazer comercializado para os circulistas, que, às vezes, quebravam a lógica função/espaço elaborada pela Igreja para as exhibições dos filmes. Nesse sentido, o cinema São José, estando entre as salas com ingressos mais baratos de Fortaleza, era ponto de encontro dos circulistas.

As exhibições dos filmes eram acompanhadas por espetáculos teatrais e apresentações na abertura da sessão e durante os intervalos. O Círculo São José mantinha uma banda com 23 músicos regida pelo Maestro Silva Novo, músico bastante conhecido em Fortaleza. No Cinema da Associação, a Banda ficava responsável por animar a plateia, tocando entre uma parte e outra dos filmes exibidos.

A banda de música do Círculo São José relaciona-se com uma das finalidades prevista nos Estatutos, a de “contribuir para o proveito moral e intelectual de seus associados”. No Artigo 70: “A banda tem por fim proporcionar aos sócios meios de diversões e ao mesmo tempo desenvolver neles o gosto pela Arte”<sup>10</sup>. Considerando a dificuldade de acesso que as camadas populares tinham para realizar atividades artísticas como o teatro e a música, por falta de condições materiais e devido ao alto custo dos instrumentos, o fato de poderem usufruir disso no Círculo Operário funcionava como outro mecanismo de atração dos trabalhadores. Ainda segundo os Estatutos, a banda do Círculo era composta exclusivamente de sócios. Provavelmente, um ou outro músico (ou aspirante a músico) entrou no Círculo Operário com o objetivo de aprender e ser reconhecido por esta atividade artística, ainda que não pudesse fazer carreira nem conseguir muito dinheiro com isso. Logo, abria-se um espaço de troca e negociação nas adesões ao Circulismo.

Os músicos circulistas eram bastante conhecidos em Fortaleza, porque se

---

<sup>10</sup> “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. Gazeta Oficial. Fortaleza: 6 de junho de 1918.

apresentavam em muitos lugares. Comumente, animavam as festas do Círculo e os eventos religiosos, quando eram convidados. Também se apresentaram em algumas das filiais circulistas espalhadas no interior do Ceará. A banda era peça importante nas quermesses, festivais dançantes e nas datas solenes do Círculo Operário. Cabe ainda destacar que os músicos, assim como o cinema, estabeleciam laços com outras agremiações operárias do período, estreitando as relações interinstitucionais. Assim, o Círculo Operário ampliava sua rede de colaboradores, cedendo o cinema para outras associações, enviando a banda ou participando com o Grêmio Dramático dos festivais promovidos fora da sua sede. No aniversário de 24 anos do Centro Artístico Cearense, por exemplo, os circulistas participaram da solenidade.<sup>11</sup> Antes disso, a Sociedade Artística Beneficente também contou com a colaboração do Círculo Operário para o seu festival em prol da Escola Proletária que foi realizado no Teatro José de Alencar no dia 13 de março de 1926.

A música, como item obrigatório da festa, passava por apropriações e usos dentro de contextos de classe. Desde o final do século XIX, a burguesia comercial da cidade entusiasmada com o “aformoseamento”, inaugurava espaços recreativos e bailes dançantes, como o Clube Cearense (1868), Clube Iracema (1884) e o Clube dos Diários (1913) [Ponte, 2001]. Entre as camadas populares, a música não se restringia aos ambientes privados, ela ganhava o espaço público, as bodegas, as calçadas. Essa distinção entre a música “refinada” dos clubes privados e a música da rua, dos boêmios e bêbados, gerava tensões no espaço citadino, avolumando as críticas aos costumes “incivis” dos pobres de Fortaleza. Nesse contexto, a posição da Igreja era reprovar um e outro comportamento com relação às festas. Os novos ritmos inaugurados nos ricos salões da burguesia “afrancesada” pareciam mundanos demais e até indecorosos aos olhos eclesiásticos. Por outro lado, o tipo de música – violão e instrumentos de percussão, considerados marginais à época – mais frequente entre os pobres, era, sem nenhuma surpresa, condenado. Para promover divertimentos morais para os trabalhadores, era preciso criar outra relação com a festa e com a música. A partir das noções de “civildade” e “ordem” que circulavam no Círculo São José, a música ganharia uma feição meio “erudita” – com maestro, instrumentos de orquestra, aulas de partitura, ensaios – e, ao mesmo tempo, “popular” – com mensagens claras, diretas, distanciando-se do mundano e, em muitos momentos, ganhando as ruas da cidade. As retretas feitas pela banda do Círculo não se limitavam aos cânticos católicos. O repertório era formado também por “modinhas” de sucesso na época, contanto que seu conteúdo não

---

<sup>11</sup> “O 24º Aniversario do Centro Artístico Cearense”. O Nordeste. Fortaleza: 10 de fevereiro de 1928.

ferisse os bons costumes. A banda era, especialmente, o veículo de maior poder de publicidade que havia no Círculo São José.

A máxima do lazer circulista era a promoção de divertimento para a família, de forma que, apesar de as mulheres não participarem do Círculo Operário como sócias nem como alunas da Escola Noturna no período pesquisado, a ação circulista divulgava um modelo de mulher que fosse coerente com o “engrandecimento” no âmbito familiar das classes trabalhadoras. A presença dessas senhoritas ocupadas com as obras de caridade e com o apoio ao noviciado, indiretamente servia para firmar padrões adequados da índole cristã, muito próxima do recato, da paciência e da dignidade do lar, que eram transmitidos como exemplos para as mulheres proletárias.

Quermesses e feirinhas já eram sociabilidades conhecidas no cotidiano da cidade, especialmente atreladas às festas de devoção mariana. João Nogueira, rememorando o final do século XIX em Fortaleza, afirmava que, depois das novenas, seguiam-se as “prendas”, “os fogos do ar” e “os assobios dos meninos chamando o vento”. As pessoas se demoravam nas casas onde aconteciam as novenas e no pátio da igreja, para onde corriam as procissões, permanecendo ali para longas conversas e para ouvirem música, sobretudo as mocinhas que apreciavam as “peças alegres”. Assim, estas ocasiões atraíam vários públicos, interessados em diversão e movimento, “tudo que interrompesse o ramerrão da vida”<sup>12</sup>.

Passados alguns anos, essas quermesses ainda faziam parte das formas de lazer encontradas na cidade, mesmo com o advento dos entretenimentos considerados mais “modernos” ou menos “provincianos”, como se queria à época. A quermesse que o padre Guilherme propôs em benefício da Igreja da Prainha em 1925 parece ser um bom exemplo de diversão proveitosa para “as almas catholicas” de diferentes classes. No dia em que ocorreu, foi montado no meio da praça um café-restaurant para melhor acomodar as pessoas “ilustres” que ali estariam para contribuir com a nobre causa. As barracas, que não ofereciam cadeiras aos seus fregueses, também foram montadas ao redor da praça. Depois das duas sessões de cinema organizadas no Círculo Operário, cujo apurado da bilheteria seria integralmente ofertado à Igreja, a banda São José animou a noite, enquanto se esperava o momento do leilão. À meia-noite, foi celebrada uma missa no altar da Coluna do Cristo Redentor, expressando a feição católica de invocar o “compromisso cristão”<sup>13</sup>. Muitas formas de sociabilidades conviviam nesse tipo de festa. O velho costume dos leilões e prendas, o novo lazer comercializado das exposições de filmes, bem como certa separação

---

<sup>12</sup> NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

<sup>13</sup> “Kermesse na Praça Christo Redemptor”. O Nordeste. Fortaleza: 23 de dezembro de 1925.

entre o “café-restaurant” improvisado na praça e as barracas de quitutes, mostram a variedade de público e o encontro (ou desencontro) das variadas experiências de lazer.

### **Considerações Finais**

Abrir esses momentos de sociabilidades, inclusive para quebrar a rotina de trabalho e reuniões dos circulistas era importante para a permanência dos sócios no Círculo Operário. Já vimos que “quebrar” certos hábitos dos operários, especialmente aqueles ligados ao uso do tempo livre, intento bastante insistente no Círculo São José, não era uma intervenção facilmente aceita pela classe operária. Os momentos de entretenimento para os associados, como as sessões de cinema por ocasião das homenagens e das comemorações do calendário circulista, não anulavam por completo as formas de diversão extra-Círculo. Supõe-se que festivais abertos ao público eram ainda mais estimulantes para os sócios, já que ali, vizinhos, colegas de trabalho, jovens, mulheres e crianças poderiam se encontrar no “tempo da festa”, no “acontecimento”, gerando depois impressões, comentários, narrativas e, talvez, futuros encontros.

O tempo da festa não era o habitual. Ou seja, é um tempo em que mesmo existindo, uma espécie de comportamento regrado, onde o lazer ganhava o rótulo de “civilizado” (não havia bebidas, nem “desordens”), garantia-se o espaço da espontaneidade, como que ofuscando as relações hierárquicas. Naquele instante, afrouxavam-se os laços entre Diretoria e sócio e entre circulista e não-circulista. Diferente do que possa parecer, isso não contradiz a ideia de construção de um espaço reconhecidamente circulista, mas revela as confluências na maneira como se formam as relações entre a identidade do grupo e o contato com o outro. As articulações do Círculo São José com a cidade não tiveram caráter de imunidade ou isolamento. Parece-nos bastante clara essa dimensão das relações sociais, ao tratar da festa. O espaço era público, mas ao mesmo tempo, católico. Ainda sendo católico era simultaneamente operário. Assim, muitas experiências estavam vivas naquele espaço. Uma das datas mais importantes que compunha o calendário festivo do Círculo São

### **Referências bibliográficas**

CORBIN, Alain. História dos Tempos Livres: O advento do Lazer. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2001.

KIRK, Neville. Cultura: Costume, comercialização e classe. In: BATALHA, C.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) Culturas de Classe. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. O Prazer Justificado: História e Lazer (São Paulo, 1969 – 1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SANTOS, Jovelina. Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963). Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza: Nudoc / UFC, 2007.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, C.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) Culturas de Classe. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp 25 – 48.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e Cidadania: Experiência do Mundo Público na História do Brasil Moderno. Estudos Avançados. Dez /1989, vol. 3, nº 7, pp. 40 – 66.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social (1860 – 1930). 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.